

Polo Cerâmico terá mais um trecho de estrada rural pavimentada

O Governo do Estado anunciou nesta última semana, mais uma obra de pavimentação de estrada vicinal no Polo Cerâmico. O trecho que receberá melhorias será a COR-283, localizado em Cordeirópolis. A obra tem orçamento estimado em R\$ 20 milhões.

O asfaltamento permitirá a melhora no escoamento da produção da indústria cerâmica diretamente para a Rodovia Anhanguera junto ao trecho que faz conexão com trevo da Usina São João. "Essas melhorias são fundamentais no sentido da melhora da qualidade do ar e trazem ao mesmo tempo mais segurança para os motoristas e pedestres, tendo em vista que os caminhões não vão mais precisar cruzar a cidade para fazer o transporte de cargas", disse o diretor de Relações Institucionais da Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento (ASPACER), Luís Fernando Quilici.

De acordo com o prefeito Adinan Ortolan, há uma sinergia entre o poder público municipal e o Governo do Estado, que tem trazido inúmeros benefícios, em especial nesse caso, aos cidadãos de Cordeirópolis e ao Polo Industrial Cerâmico que é representado pela ASPACER. "Ao longo do primeiro e agora, no segundo mandato, conseguimos colocar Cordeirópolis no radar do Governo do Estado.

É um trabalho de várias mãos, que envolve deputados, nossa equipe de governo e o NAE (Núcleo de Ações Estratégicas). Cordeirópolis se transformou no chamado canteiro de obras e o auxílio do governador Rodrigo Garcia tem sido importantíssimo. Essa

obra estimada em R\$ 20 milhões trará não somente agilidade, conforto e celeridade aos ceramistas, mas também aos cidadãos que terão menos contato com caminhões de argila e todo processo que envolve o mundo cerâmico, importantíssimo para a nossa região", destacou o prefeito.

Além desse trecho em Cordeirópolis, o governo paulista já garantiu a execução de obras em estradas vicinais no polo cerâmico nas cidades de Santa Gertrudes e Rio Claro, que foram executadas a pedido da ASPACER, totalizando 16,33 km de estradas e mais de R\$ 90 milhões em investimentos.



Adinan e Quilici durante encontro, onde foi discutido o desenvolvimento regional



Entec é a nova sócia colaboradora da ASPACER

A Entec passa a ser a partir desta semana, a mais nova sócia colaboradora da ASPACER. A empresa iniciou suas atividades em 1990, especializando-se em equipamentos para indústria cerâmica. Com rápida expansão e a consolidação de seu nome como líder no mercado nacional em seu segmento, iniciou forte atuação também em outras áreas, como mineração, química, vidros, tintas e argamassa, voltado para o mercado interno e externo. A Entec possui um corpo técnico altamente qualificado, com forte atuação em plantas e equipamento cerâmico, como atomizadores, silos, tanques, moinhos de bolas e contínuos, transportadores de correia e helicoidais, elevadores de canecas, estruturas metálicas, agitadores e tanques agitadores, sistema de captação de pó e depuração de flúor de fornos com filtro de mangas tipo "pulse jet", fornalhas de leito fluidizado para combustíveis granuladores a carvão mineral ou coque verde de petróleo e sistemas

de recuperação de calor, estações para tratamento de efluentes. "Entendemos a necessidade de uma rápida adequação ao mercado globalizado, buscando de uma forma determinada a cumprir metas de pontualidade e qualidade com programas de qualificação profissional, sempre procurando suprir suas novas posições de trabalho com recrutamento interno e apoiando seu processo produtivo em modernos equipamentos e profissionais da mais alta competência", destacou a empresa por meio de nota.



Câmara aprova repasse de créditos tributários de R\$ 48 bilhões para reduzir conta de luz

A Câmara dos Deputados aprovou nessa semana projeto que cria regras para que distribuidoras de energia repassem integralmente, aos consumidores, créditos tributários referentes à incidência indevida de PIS/Cofins na conta de luz. O texto seguiu para sanção presidencial.

O projeto busca destravar o uso de R\$ 48 bilhões em créditos tributários decorrente de um processo judicial que se arrastou por 15 anos. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, o que gerou para as distribuidoras de energia um saldo de R\$ 60 bilhões pago a mais.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) diz que já utilizou R\$ 12 bilhões para reduzir a tarifa nos últimos anos, mas que ainda há um estoque de R\$ 48 bilhões aguardando o fim de outros processos judiciais. As distribuidoras, que ingressaram com a ação judicial, queriam ficar com parte dos créditos.

O projeto para regulamentar o uso desses créditos foi aprovado semana passada pelo Senado e nessa terça, pela Câmara, com apoio de todos os partidos. A proposta diz que a Aneel deve decidir de ofício o repasse dos créditos aos consumidores no primeiro processo de definição tarifária após as decisões judiciais.

São Paulo aplicará Selic em todos os débitos de ICMS

O Tribunal de Impostos e Taxas (TIT) do Estado de São Paulo - a mais alta instância da esfera administrativa - decidiu que a Selic deve ser a taxa máxima de juros a corrigir os valores das cobranças de débitos do ICMS. A decisão alinha o posicionamento do Poder Executivo com o Judiciário, mas poderá provocar novos recursos em ambas as esferas.

O Judiciário já tinha posição pacificada pela aplicação da Selic como valor máximo de juros. Tanto o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), em 2013, quanto o Supremo Tribunal Federal (STF) em repercussão geral, em 2019, já haviam decidido nesse sentido. Mas fiscais e julgadores da primeira instância administrativa e do TIT tinham que seguir a Súmula nº 10

do tribunal, que permitia a incidência de juros maiores do que a Selic. O índice paulista chegou a 0,13% ao dia.

A proposta de revisão é fruto de um trabalho em conjunto da representação fiscal com o TIT. "Fizemos um estudo muito cuidadoso a respeito. Nesse caso, verificamos que 100% das decisões do TIT para aplicação de juros maiores do que a Selic eram rechaçadas de forma absoluta pelo Poder Judiciário", disse o presidente do TIT, Argos Campos Ribeiro Simões.

Para começar a ser aplicado, o novo texto só precisa de aprovação da Coordenadoria de Administração Tributária (CAT) e, então, ser publicado.

Fonte: Valor Econômico

Custo da construção civil sobe 2,17% em maio, diz IBGE

O Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou alta de preços de 2,17% em maio deste ano. A taxa ficou acima do 1,21% de abril, segundo dados divulgados ontem (9). Segundo o IBGE, essa é a maior taxa desde julho de 2021. Com o resultado, o Sinapi acumula, em 12 meses, alta de custo

de 15,44% em maio, acima dos 15% registrados em abril. O custo nacional da construção passou a ser de R\$ 1.601,76 por metro quadrado.

A mão de obra subiu 2,49% em maio e passou a ter o custo de R\$ 638,78 por metro quadrado. Já os materiais ficaram 1,96% mais caros no mês e passaram a custar R\$ 962,98.



PREVENÇÃO

Ações mitigatórias são fundamentais para manter a boa qualidade do ar, onde devem ser constantes medidas como: caminhões sempre transitarem lonados, com placa de proteção na ventilação do motor, escapamento na horizontal além da realização constante de umectação nas vicinais e limpeza dos veículos.

IMPORTANTE

Sempre que houver qualidade do ar classificada a partir de ruim, em qualquer uma das duas estações medidoras, as atividades de operação e formação de pilhas assim como carregamento e basculamento de argila seca nos pátios de secagem deverão ser paralisadas em todos os municípios do polo, com o objetivo de evitar a formação de poeira. O Termo de Compromisso assinado junto à CETESB.